



Violência Contra Criança e Adolescente Sob o Olhar da Mídia¹

Alina Albuquerque LUNA²
Geisy Lanne Muniz LUNA³
Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE

RESUMO

Objetivou-se analisar as reportagens publicadas no jornal Diário do Nordeste, relacionadas com o tema Violência Contra Crianças e Adolescentes no ano de 2006. Trata-se de um estudo documental e retrospectivo, no qual foram analisadas reportagens selecionadas através do site do referido jornal com as palavras-chave: violência contra crianças e adolescentes, em 2006. Analisaram-se a temporalidade, tipo de violência, caráter informativo ou relato de ocorrência. Das 35 reportagens, observa-se que 91,43% das reportagens foram de caráter informativo, o tipo de violência mais citado foi a exploração sexual (28,57%). Sendo Fortaleza a 11ª cidade mais violenta do país, os meios de comunicação devem estar sensibilizados para atuar neste contexto que atinge diariamente, a população de nossa cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Violência; Criança e Adolescente; Mídia.

INTRODUÇÃO

A violência é um comportamento que causa dano à outra pessoa, ser vivo ou objeto. É quando se nega autonomia, integridade física ou psicológica e até mesmo a vida de outro. É o uso excessivo de força, além do necessário ou esperado. (WIKIPÉDIA, 2007). O termo deriva do latim *violentia*, que por sua vez, no amplo, é qualquer comportamento ou conjunto que deriva de vis, força, vigor, aplicação de força, contra qualquer coisa ou ente.

São múltiplas as causas das violências presentes na atualidade brasileira, não podendo ser explicadas de modo unilateral por nenhuma das dimensões da vida social. O Protocolo de Assistência à Pessoa em Situação de Violência do Estado do Ceará (CEARÁ, 2004), diz que a violência é resultado de uma complexa interação de fatores de risco individuais, de relacionamentos, comunitários e sociais.

Corroborando com o Protocolo supracitado, Porto (2002) relata que existe uma conjugação de fatores atuando como causas da violência e atribuir ao nível

¹ Trabalho apresentado no GT – Mediações e Interfaces Comunicacionais, do Iniciacom, evento componente do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste.

² Aluna do 6º semestre do curso de graduação em Publicidade e Propaganda da UNIFOR, bolsista do programa de Iniciação Científica CNPq, e-mail: alina_albuquerque@yahoo.com.br

³ Enfermeira, Mestre em Saúde Coletiva, Professora substituta do curso de graduação em Enfermagem da UNIFOR, e-mail: geisylanne@hotmail.com



socioeconômico, político ou cultural de modo isolado a responsabilidade pela violência é simplificar a questão.

Alguns exemplos desses fatores são: a história de situação de violência no cotidiano das pessoas envolvidas, do uso de drogas e de antecedentes criminais, capacidade limitada de lidar com situações de stress, deficiência física, mental ou doenças crônicas de pessoas agredidas, bem como a existência de famílias numerosas, de gravidez não planejada, famílias com poucos contatos ou sem vínculo com a comunidade. (CEARÁ, 2004).

Outros fatores que também podem ser definidos como situação de violência são as normas culturais que apóiam a essa situação, como dominação masculina sobre as mulheres e crianças, tráfico de drogas, conflitos políticos e outros associados à geração ou manutenção de desigualdades sócio-econômicas.

As crianças, naturalmente, são seres “frágeis” que necessitam de proteção, sendo vulneráveis a todas as formas de agressão. Estas comprometem a estruturação da personalidade infantil e pode favorecer futuras condutas que possam se tornar socialmente inaceitáveis (MINAYO, 2004).

Convergindo com o pensamento anterior, Ballesteros (2003) enfatiza que a criança, por sua imaturidade, curiosidade, intenso crescimento e desenvolvimento, encontra-se muitas vezes propensa a acidentes, indefesa e vulnerável a violências. Somando-se a esses fatores, a alta incidência de óbitos em crianças e adolescentes tem despertado em todo o mundo, a necessidade de estudos desses eventos na população infante-juvenil.

Segundo o Ministério da Saúde, as agressões constituem a principal causa de morte de jovens entre 5 e 19 anos. A maior parte dessas agressões provém do ambiente doméstico. A Unicef estima que, diariamente, 18 mil crianças e adolescentes sejam espancados no Brasil. Os acidentes e as violências domésticas provocam 64,4% das mortes de crianças e adolescentes no País, segundo dados de 1997. Em relação à idade dos agredidos os dados também podem surpreender; os mais agredidos foram às crianças menores de 2 anos. Isso ocorre, possivelmente, devido ao fato dessa faixa etária ser a que mais desperta interesse na denúncia. (BALLONE, 2006).

As denúncias de crianças e adolescentes vítimas de maus tratos, abusos físicos, sexuais e psicológicos ou abandono e negligência que chegam ao conhecimento da sociedade e das autoridades, são bastante preocupantes.



Muitos pesquisadores na área da violência são unânimes em afirmar que as mortes representam apenas a “ponta do iceberg” da magnitude do problema, e esses casos são os que normalmente são divulgados. Muitos atos violentos não resultam em mortes, mas em lesões de menor gravidade. O problema é que mesmo quando chegam aos serviços de saúde, muitas lesões não são registradas como decorrentes de atos violentos, sendo assim, não chegam ao conhecimento da sociedade.

Atualmente, vige entre nós o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, que, revolucionando em termos doutrinários e legislativos, rompeu com a doutrina da situação irregular e adotou a doutrina da proteção integral.

A proteção integral à criança e ao adolescente representa um avanço cultural da sociedade como um todo, reconhecendo-os como parte integrante da família e da sociedade, com direito ao respeito, à dignidade, à liberdade, à opinião, à alimentação, ao estudo, dentre outros.

O artigo 5º da lei nº 8.069, de 1990, denominada "Estatuto da Criança e do Adolescente", logo em suas disposições preliminares, afirma: "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais" (OLIVEIRA, 1995).

A leitura dessa disposição pode nos encher de perplexidade. A primeira coisa que vem à mente é perguntar se uma legislação tão avançada não seria uma contradição a mais num país já tão cheio de contradições. É evidente que o dia-a-dia demonstra a grande distância que vai do que a lei dispõe para a realidade onde o dispõe. Basta ler os jornais para encontrar, cotidianamente, o relato da displicência com que são tratadas questões de cunho social envolvendo os jovens (GONÇALVES; FERREIRA, 2002).

O filósofo francês Henri Pierre Jeudy. Afirma que o princípio da mídia é construir um efeito de fascinação e ao mesmo tempo reproduzir um efeito de contaminação das imagens em nível infinito. Esse efeito vertiginoso das imagens impossibilita de se distinguir a imagem do real. A veiculação da violência pelos *mass media* se dá através desse processo mediático. Jeudy ainda sintetiza relatando que na mídia a imagem não é representação: a imagem representa apenas a si mesma. O sentimento de insegurança e medo parece crescer e tornar-se um círculo, exatamente



quando todos reivindicam o tempo inteiro mais segurança em um processo que chama de "vitimização generalizada" (MUNIZ; SOARES, 1994).

A receita utilizada pelas televisões e jornais para manter o máximo de atenção dos consumidores é noticiar assuntos relacionados à violência e sexo. O sexo é mostrado, pela televisão, de um jeito ambíguo para não ferir os padrões de moralidade pública. Assim, a violência torna-se o ingrediente principal dos programas e dos noticiários. A guerra de audiência e concorrência estimula mais ainda o crescimento dos programas e notícias na categoria violência. Para os especialistas em mídia os custos psicológicos e sociais são grandes.

Não se pode pensar a questão da liberdade de imprensa hoje, sem articulá-la ao modelo idealista liberal de informação "neutra", a formação de uma opinião pública operada pela mídia e a subordinação dos veículos de comunicação às leis do mercado. Alguns desses princípios contribuem para a contextualização do texto jornalístico. A primeira notícia sobre um fato criminal passa a ser o fio condutor de outras. Assim, sucessivamente, se constrói uma série de fatos violentos, que vendem mais que a violência individualizada. Na "mais-valia da violência impune", observa Nilo Batista, a notícia vende mais do que a violência punida (MUNIZ; SOARES, 1994).

"A sociedade brasileira sempre foi intensamente violenta, com ou sem mídia dando espaço para a violência", declara. Para ele não há qualquer evidência para sustentar a hipótese de que a violência na televisão tem contribuído para estimular a agressividade nas crianças. Ele também não identifica nenhuma ligação entre os programas que dão "bom exemplo" e a formação de "bons cidadãos". A violência intrafamiliar contribui muito mais para o aumento da agressividade nas crianças. O critério sugerido para controlar a violência é a lei, aplicada pelo poder público. Pinheiro desacredita não só da censura, como também dos discursos que reclamam à falta de moral e a decadência dos costumes. Em contrapartida à individualização propagada pela mídia eletrônica, Pinheiro prevê a possibilidade de construção de "uma nova solidariedade" (MUNIZ; SOARES, 1994).

Meios de comunicação têm um papel na sociedade, na produção de segurança e na prevenção da criminalidade. Compara os destaques que a mídia dá aos seqüestros com as quase inexistentes notícias sobre ações de extermínio contra a população pobre. (MUNIZ; SOARES, 1994).

Os resultados apontam que a mídia, na maioria das vezes, contribui para a mitificação do fenômeno da violência e para a manutenção da concepção de que a



violência é um problema individual de alguém que não sabe lidar com suas emoções e dificuldades, e que merece, portanto, ser excluído do convívio social (RAMOS; NOVO, 2003).

A mídia contribui para a divulgação e reflexão de diversas representações sociais sobre a violência, uma vez que as notícias sobre esse tema são bastante veiculadas nas manchetes dos meios de comunicação. Existem diferentes formas de violência, mas, na imprensa, o foro privilegiado tem sido a problemática do crime (ADORNO, 1995).

Vários elementos se fazem presentes no cenário da violência: a(s) vítima(s) da violência, a atuação da polícia e do governo, o indivíduo que praticou a agressão, a família e o círculo social de vítimas e criminosos e a população que assiste perplexa aos acontecimentos do cotidiano. Como fenômeno complexo, a violência pode ser analisada de diversos ângulos, não necessariamente contraditórios entre si, podendo ser destacado ou privilegiado algum aspecto da análise, sem esgotar o problema. A mídia é responsável pela ampliação do mundo social e do que nele ocorre, provocando a ilusão de que participamos das mais diversas situações que são reproduzidas na tela do televisor (RAMOS; NOVO, 2003).

Os autores supracitados ainda acrescentam afirmando que a mídia acaba envolvida na geração e manutenção de preconceitos e estereótipos que, em geral, estigmatizam as populações mais pobres.

No que diz respeito à violência, em especial a violência urbana, a mídia é parcial. Os meios de comunicação não se limitam a informar. Toma partido, julgam e condenam. Ao assim fazerem, aprofunda o temor e a ignorância do público que deveriam informar, usando mensagens e códigos profundamente estereotipados. O preconceito alimenta-se dos estereótipos e gera os estigmas (MELLO, 1999).

Não se trata de culpabilizar a imprensa, tornando-a a única responsável pela dramatização da violência, na medida em que ela apenas reforça certas concepções presentes na sociedade.

Adorno (1995), afirma que de um lado, precisamos levar em consideração as políticas de comunicação - quais as motivações das agências de comunicação ao veicular a criminalidade de determinada forma -, de outro lado, não podemos esquecer que a imprensa é uma expressão da opinião pública, é uma expressão da população. A imprensa não cria essa dramatização por sua livre e espontânea vontade. Ela é a expressão de profundos sentimentos populares, que de certo modo dramatizam a



criminalidade, e tem certa relação de identidade com essa dramatização e com o modo como a criminalidade é veiculada.

De maneira geral, o que se pode notar, quer na TV, quer no rádio, quer nos jornais, é quase uma campanha de culpabilização coletiva dos pobres pela violência. Através das imagens e das palavras eles são rotulados. Não se vêem mais pessoas. Elas tornaram-se rótulos: vêm-se carentes, favelados, ladrões, menores infratores, delinquentes, criminosos, bandidos, viciados; porque parece que a sociedade deve reconhecer que há mortos dignos e outros indignos. Há violências que não contam, como se fossem ritos necessários à depuração da sociedade (MELLO, 1999)

Análises que envolvem a avaliação de fatores históricos, sociais e econômicos também envolvidos na produção da violência são, muitas vezes, ignoradas pelos meios de comunicação, que nem sempre efetuam uma crítica ao modelo de sociedade vigente, reduzindo o fenômeno da violência a explicações simplistas. A referência a motivações individuais que explicariam os atos violentos é própria de sociedades que exaltam o livre-arbítrio e a capacidade de todos serem "bons cidadãos" desde que o queiram (RAMOS; NOVO, 2003).

É fundamental resgatar a dimensão ética dos meios de comunicação, também responsáveis por proporcionar, através da informação, melhorias nas condições de vida da população em geral. Nesse sentido, os meios de comunicação, especialmente a televisão e o jornal, devem tornar-se veículos primordiais de divulgação e reflexão de novas representações sobre a violência, contribuindo para uma visão menos estigmatizante e estereotipada de nossos problemas sociais (RAMOS; NOVO, 2003).

Os meios de massa, se não são diretamente responsáveis pelo aumento da violência e da criminalidade, seriam, quando menos, um canal de estruturação de sociabilidades violentas, já que aí a violência é, não raro, apresentada como um comportamento valorizado.

Michaud (1996) relata que a violência, na mídia, seja ela estilizada ou não, seja ficção ou parte dos telejornais da atualidade serve, de uma certa maneira, a um descarregar-se, distender-se, dar livre curso aos sentimentos através do espetáculo. As cenas de violência são um sintoma da 'nervosidade' da sociedade.

O autor supracitado ainda afirma que estudos recentes reconhecem, em laboratório, uma correlação entre observação da violência e agressão. Os estudos em meio real são menos significativos. Mas não há dúvida de que as imagens da violência contribuem de modo não desprezível para mostrá-la como mais normal, menos terrível



do que ela é, em suma: banal, criando, assim, um hiato entre a experiência anestesiada e as provas da realidade, raras, mas muito mais fortes.

Os meios eletrônicos, ao mesmo tempo em que possibilitam a quase simultaneidade entre acontecimento e informação (o mundo é aqui e agora, em tempo real) "poupam" os indivíduos, intermediando vários de seus contatos com o mundo, protagonizando a potencialização do "encolhimento do mundo" Em certo sentido, seria o mundo virtual "construindo o 'real'". O outro lado desta mesma moeda transforma o real em espetáculo produzido pelos meios de massa. É o que ocorre, por exemplo, com o fenômeno da violência, transformado em produto, com amplo poder de venda no mercado de informação, e em objeto de consumo, fazendo com que a "realidade" da violência passe a fazer parte do dia-a-dia mesmo daqueles que nunca a confrontaram diretamente enquanto experiência de um processo vivido.

A violência passa a ser consumida num movimento dinâmico em que o consumo participa também do processo de sua produção, ainda que como representação. Também como representação multiplicam-se as categorias de percepção da violência. Nesse sentido, é unânime a representação segundo a qual os meios funcionam como um tipo de tribunal do júri, antecipando ou dando o tom, em termos da condenação ou absolvição de um suspeito (PORTO, 2002).

A realidade da violência não é estética: as fotografias do local de um atentado dão uma pálida idéia da náusea provocada por restos humanos despedaçados e pelo sangue em poças ou salpicado nas paredes. A fraqueza das imagens se deve a várias razões: à censura corrente que descarta os documentos mais insustentáveis, à perda de definição resultante da reprodução mecânica, à estilização que encena artisticamente as imagens e as transforma em clichês, à banalização induzida pela repetição (MICHAUD, 1989).

E, conclui o autor, se a experiência contemporânea da violência passa pelas imagens, tal experiência só pode ser suavizada e banalizada. Para alguns analistas, há a possibilidade de que essa violência virtual tenha um sentido apaziguador, de conforto para as pessoas, porque se lidaria com a violência em um campo absolutamente abstrato.

O fato de a violência se apresentar como uma crise em relação ao estado normal cria, por princípio, uma afinidade entre ela e a mídia. Como podemos constatar, num dia calmamente banal fica difícil fazer um jornal ou um noticiário de TV para anunciar que não aconteceu nada. A violência, com a carga de ruptura que ela veicula, é por princípio



um alimento privilegiado para a mídia, com vantagem para as violências espetaculares, sangrentas ou atroztes sobre as violências comuns, banais e instaladas (MICHAUD,1989).

Este é um lado da moeda. O outro aponta o fato de que esta estratégia da mídia responde, em última análise, a expectativas da sociedade. Como dizem os teóricos da comunicação, os meios de massa editam o imaginário popular (PORTO, 2002).

Além do mais, em sendo a violência uma produção histórico-social, são necessários investimentos constantes na interpretação das novas formas de sua apresentação e de suas intrincadas articulações. Tal é o caso da necessidade de compreensão dos tipos específicos de violência próprios desse momento de mudanças profundas nos modos, meios e fatores de produção, circulação e consumo, sob a égide da revolução microeletrônica e de todos os meios comunicacionais e informacionais.

Os meios de comunicação tornam-se inquestionavelmente um fenômeno de massa, difundindo visões de mundo, valores e imagem em escala global e com tecnologias cada vez mais avançadas.

A convivência com as várias mídias faz parte do cotidiano desse grupo societário. É importante assinalar que a televisão, a mídia de mais amplo acesso, não pode ser vista somente como um veículo de comunicação, mais como um produto de sentidos e construtor de valores. Os valores que circulam na mídia são, portanto, expressões de sentido dadas tanto pelo produtor como pelo receptor da mensagem, e ocupam o mesmo espaço (SOUZA, 1995). E é nesses espaços que atravessam a experiência cotidiana dos adolescentes e jovens, com os mais diferentes níveis de violência real ou simbólica, que o setor saúde também atua. Essa atuação não se restringe, no entanto, somente a identificação de uma relação de causa e efeito da violência na mídia sobre o comportamento dos grupos. No entanto, ela deve ser exercida, também, no aprofundamento de conhecimentos sobre que outras conseqüências o discurso sobre a violência e capaz de gerar, independente, inclusive, da intenção de quem a produz.

Como reflete Groebel (1999), além de agressão funcional, os homens desenvolveram a agressão destrutiva, o genocídio, a tortura hedonística, a humilhação, que não podem ser explicados em termos de sobrevivência. São esses que, em geral, estão amplamente distribuídos na mídia. É importante também lembrar que os níveis de violência na vida real muitas vezes não são sempre reconhecidos e que a discriminação e o preconceito, por exemplo, não são atitudes exclusivas dos profissionais da mídia,



estando presente também nas práticas dos profissionais da área da educação e da saúde que lidam com crianças e adolescentes refletindo negativamente na socialização desse grupo.

A violência é um fenômeno plural. Não cabe, portanto, pensar suas causas no singular, atribuindo-as apenas à mídia. (PORTO, 2002).

Diante da complexidade configurada em torno do tema e como acadêmica de publicidade e propaganda, tem surgido inquietações e reflexões acerca de como a mídia escrita retrata os casos de violência, sendo assim, o trabalho tem como objetivo analisar o papel da mídia frente a casos de violência contra crianças e adolescentes publicados; caracterizar os casos de violência contra criança e adolescentes publicados na mídia impressa e Identificar qual a postura da mídia frente aos casos de violência publicados.

METODOLOGIA

As asserções da pesquisa direciona-nos a um estudo do tipo exploratório-descritivo. Lakatos e Marconi (1999), explicam que os estudos exploratórios têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno.

As pesquisas exploratórias permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. O método consiste em explorar tipicamente a primeira aproximação de um tema e visa criar familiaridade em relação a um fenômeno (LEOPARDI, 2002).

Carvalho (2002 *apud* CABRAL; TYRRELL) afirma que a pesquisa descritiva é um delineador da realidade, uma vez que ela descreve, analisa e interpreta a natureza atual ou processo do fenômeno.

Reforçando o autor supracitado Gil (1999) diz que a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características mais significantes, utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados.

O presente estudo utilizará dados e análises que contemplem uma abordagem quantitativa.

Santos e Clos (1998), afirmam que as pesquisas quantitativas devem ser utilizadas nas situações que exigem um estudo exploratório para um conhecimento mais profundo do problema ou objeto da pesquisa e/ou quando se necessita um diagnóstico inicial da situação e, principalmente, nos estudos experimentais.

O local da pesquisa foi o Site do jornal Diário do Nordeste. Por se tratar de um jornal de veiculação diária, no ano de 2006 foram expedidos 365 jornais, sendo a



amostra composta de reportagens que vinculam o tema violência contra criança e adolescente em qualquer segmento do jornal. Foram catalogadas 35 reportagens sobre o tema.

Segundo Lakatos e Marconi (1999), a coleta de dados é uma tarefa cansativa e toma quase sempre mais tempo do que se espera. Exige do pesquisador paciência e muito esforço, além do necessário cuidado com o registro dos dados e um bom preparo anterior. A pesquisa foi realizada nos meses de agosto e setembro de 2007.

Gil (1999) preconiza que uma pesquisa, como qualquer atividade humana, implica tempo e, para se desenvolver em várias etapas é necessário fazer a previsão do tempo necessário para se passar de uma fase para outra e realizar a pesquisa sem correr o risco de perder o controle.

A pesquisa foi realizada nos site do jornal visto que é mais fácil o acesso, pois em ambos existe um link edições anteriores onde coloca-se o tema (violência e maus tratos contra crianças e adolescentes) e o ano (2006) e ele já dá todas as matérias relacionadas ao assunto independente do caderno. A partir do levantamento de todas as reportagens iremos verificar qual o caderno que mais noticia esse tipo de assunto, se as vítimas estão sendo preservadas, quem mais denuncia, enfim todas as questões que nos interessaram para esta pesquisa.

Os dados foram expostos através de gráficos e tabelas para melhor visualização e compreensão e discutidos à luz da literatura.

RESULTADOS:

Tabela 01: Reportagens publicadas por cadernos do Jornal Diário do Nordeste. Fortaleza, 2006

Caderno de Publicação	N (35)	%
Cidade	16	45,71
Regional	09	25,71
Polícia	05	14,30
Nacional	03	8,58
Opinião	01	2,85
Política	01	2,85

Tabela 02: Tipos de violência citados nas reportagens do Jornal Diário do Nordeste. Fortaleza, 2006.

Tipos de Violência	N (35)
Abuso	17
Prostituição Infantil	06
Violência Sexual	21
Violência Física	08
Violência Psicológica	04
Exploração Sexual	26
Tráfico de crianças e adolescentes	07
Ameaça	01
Abandono / Negligência	01

Gráfico 01: Reportagens publicadas por mês no Jornal Diário do Nordeste. Fortaleza, 2006.

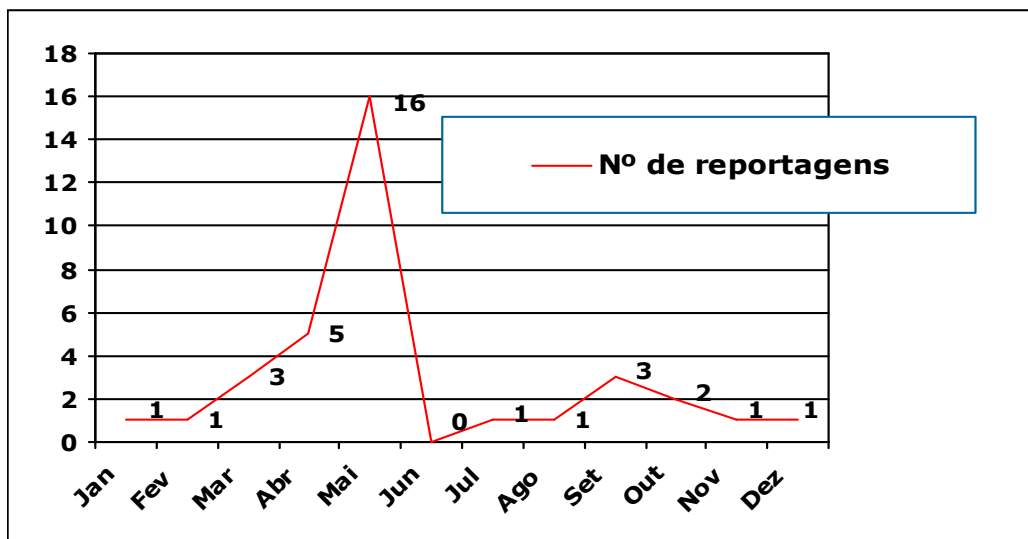


Gráfico 02: Caráter das reportagens publicadas pelo Jornal Diário do Nordeste. Fortaleza, 2006.

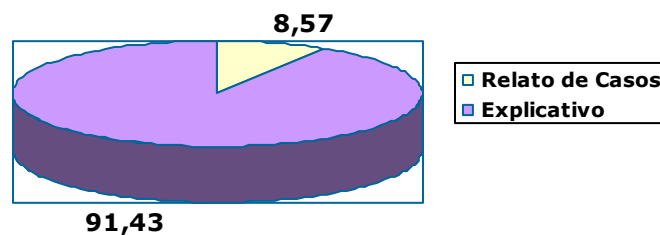
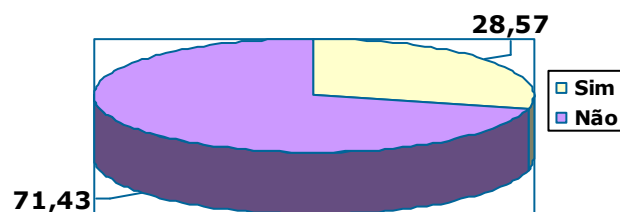


Gráfico 03: Reportagens que citam como denunciar casos de violência contra criança e adolescentes. Jornal Diário do Nordeste. Fortaleza, 2006.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a mídia tem feito trabalhos pontuais sobre os casos de violências contra crianças e adolescentes, precisando melhorar a abordagem do assunto. Sendo Fortaleza a 11º cidade mais violenta do país, os meios de comunicação devem estar sensibilizados para atuar neste contexto que atinge diariamente, a população de nossa cidade.

A televisão e outras formas de mídia visual desempenham um enorme papel na vida diária, particularmente nas vidas das crianças e dos adolescentes. Embora a televisão atue na educação e socialização das crianças, há também um grande número de problemas de saúde associados à permanência excessiva em frente à televisão, independentemente de conteúdo. Além disso, um extenso conjunto de pesquisas documenta amplamente uma forte correlação entre a exposição das crianças à violência na mídia e um grande número de problemas comportamentais e psicológicos, intensificados principalmente pelo comportamento agressivo. As evidências mostraram que esses problemas são causados pela própria exposição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. Violência, ficção e realidade. *In*: SOUZA, M. H. (Org.). **Sujeito: o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995. pag. 181-188.

BALLESTEROS, M.F.; SCHIEBER R.A. *et al.* Differential ranking of causes of fatal versus non-fatal injuries among US children. **Inj Prev**, v.3, 2003. pág. 173-176.

BALLONE, G.J.; ORTOLANI, I.V.. Violência Doméstica. **PsiquWeb**, site da internet, disponível em <www.psiqweb.med.br>. capturado em 2006.

BRASIL, Presidência da República. Lei 8.069, 13 jul. 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, 1990.

CEARÁ. Secretaria de Saúde do Estado do Ceará. Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil. **Protocolo de atenção a pessoas em situação de violência**. Fortaleza: Secretaria da Saúde, 2004.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, H.S.; FERREIRA, A.L... A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.18, n.1, p.315-319, 2002.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.



MELLO, S. L. A violência urbana e a exclusão dos jovens. *In*: SAWAIA, B. B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999. pag. 129-140.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

MICHAUD, Y. **La violence apprivoisée**. Paris: Hachette, 1996.

MINAYO, M.C.S.. Violência Social sob a perspectiva da saúde pública. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.10 (supl. 1), p. 7-18, 2004.

MUNIZ, S.; SOARES, L.E. (Coord. Científicos). **Mídia e Violência Urbana**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1994. 203 p.

OLIVEIRA, J. (Org.). **Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (5a. ed.)**. São Paulo: Saraiva, 1995.

PORTO, M.S.G.. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. **Sociologias**, São Paulo, n.8, p.152-171, 1998.

RAMOS, F.P.; NOVO, H.A.. Mídia, violência e alteridade: um estudo de caso. **Estud. psicol.** Natal, v.8, n.3, p. 491-497, 2003.

SANTOS, I.; CLOS, A.C.. Pesquisa Quantitativa. *In*: GAULTHER, J.A.M. *et al.* **Pesquisa em Enfermagem: novas metodologias aplicadas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.